

PARA COMPREENDER A DESIGUALDADE BRASILEIRA

Jessé Souza*

Estamos, hoje, num momento histórico peculiar no Brasil. Pela primeira vez, na nossa história pós-independência, inexistem “projetos para a nação” (o último projeto refletido e consciente foi o ambíguo projeto liberal do PSDB de combate ao “patrimonialismo” e suas seqüelas) que ultrapassem a prosaica disposição de “levar com a barriga” a política econômica de curto prazo. Na medida em que os projetos de sociedade são atribuições de intelectuais em sentido estrito, pelo menos nos últimos duzentos anos de sociedade moderna (ainda que as duas figuras do político e do intelectual possam coincidir algumas raras vezes), a atual carência de “projetos políticos de longo prazo” no nosso meio político reflete uma deficiência do universo acadêmico e intelectual brasileiro. Temos entre nós a ampla predominância das análises de conjuntura, especialmente de análises acerca da ação de partidos políticos, os quais são, por definição, produtos de consensos passados cristalizados institucionalmente, com a inércia e rigidez burocrática que sua auto-reprodução no tempo inevitavelmente envolve. Esta tradição de análise, que certamente também tem sua validade desde que não “colonize” outros tipos mais abrangentes de interpretação, nos fecha num horizonte cognitivo que olha apenas para o passado e para o presente de curtíssimo prazo. Una-se a isso um preconceito “anti-teórico” dos próprios intelectuais, que confundem preocupações teóricas com quimeras sem vinculação com a realidade prática, para que possamos entender a razão profunda de tal quadro desolador.

* Professor do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UFJF.

Para compreender a desigualdade brasileira

Estou mais do que convencido de que, se quisermos ter “clareza prática” com respeito às questões e desafios pragmáticos e cotidianos que nos afligem, temos, em primeiro lugar, que ter “clareza teórica” acerca desses mesmos assuntos que não compreendemos na sua lógica interna e profunda. Em meu livro “A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica” (UFMG, 2003), cuja segunda edição sairá em breve, assumi o desafio de “teorizar”, ou seja, de tentar perceber a lógica profunda e oculta, que permite compreender a especificidade das lutas sociais do Brasil contemporâneo. Como a “realidade prática” é hierarquizada, ou seja, existem fenômenos importantes e secundários, escolhi, como nossa “contradição principal”, a questão da nossa abissal desigualdade social. Acredito que todas as nossas mazelas decorram dela, inclusive o nosso relativo atraso econômico e não o contrário como normalmente se pensa. Esse tipo de empreendimento crítico tem sempre duas faces: uma que desconstrói e uma outra que constrói. A desconstrução é fundamental dado que há que se mostrar a limitação de paradigmas anteriores na tarefa de explicitar a forma como a nossa desigualdade é percebida e legitimada. A desconstrução crítica que procurei formular se referia tanto aos paradigmas clássicos quanto aos seus sucedâneos contemporâneos.

O paradigma clássico de explicação por excelência ainda é o do “personalismo/patrimonialismo”, cuja origem comum é a idéia de que a especificidade da sociedade brasileira, e, portanto da forma como a desigualdade e a estratificação social assumem entre nós, decorreria da predominância estrutural de um “capital social de relações pessoais”. Seria esse capital de relações pessoais, precisamente, que transformaria seus possuidores em privilegiados e seus despossuídos em parias. É a existência desse capital que separa, por exemplo, o “indivíduo” da “pessoa” em Roberto DaMatta, ou o homem cordial bem sucedido do mal sucedido em Sérgio Buarque.

Jessé Souza

Não posso explicitar aqui todas as variantes dessa idéia comum, ainda hoje amplamente dominante entre nós¹, seja entre intelectuais e na mídia, seja na dimensão do senso comum. Mas ela vive da percepção de um Brasil pré-moderno, afetivo e emotivo, para a explicação de nossas mazelas. Esse tipo de explicação perde crescentemente seu poder explicativo por boas razões. Essas interpretações “culturalistas”, ainda hoje dominantes, percebem a produção social das personalidades individuais como um atributo de uma “cultura”, no nosso caso, ibérica e portuguesa, dissociada de qualquer aspecto estrutural e institucional que lhes pudesse conferir historicidade e concretude. Mercado e Estado são percebidas como grandezas “externas” e destituídas de qualquer eficácia, e sua “importação” para nosso país não é percebida como revolucionando a sociedade de alto a baixo, como essas instituições fizeram em todo lugar. Um conceito de “cultura” auto-referido e homogêneo, próximo daquele do paradigma do “culture and personality”, que dominou a antropologia e sociologia norte-americanas na primeira metade do século XX é visto como a base de uma teoria da sociedade sem determinações estruturais. Nessas análises, industrialização, urbanização e construção estatal são acontecimentos externos a vida social, como uma chuva que nos molha, mas não nos penetra a alma, redundando numa sociologia subjetivista, que apenas reproduz a imagem confusa do senso comum numa dimensão superior e por isso mesmo se nutre do convencimento imediato de toda forma de explicação que vive do re-conhecimento do já sabido.

A crescente perda de eficácia da explicação personalista (em suas inúmeras variações de sociologia do favor, do patrimonialismo, etc) não se dá pela ação de um debate reflexivo e crítico (porque nos falta a tradição do debate aberto e crítico). Precisamente pelo fato de que não houve “aprendizado teórico” (que só o debate crítico pode possibilitar)

¹ Ver Souza, Jessé A Modernização Seletiva: para uma reinterpretação do dilema brasileiro, UnB, 2000.

Para compreender a desigualdade brasileira

a “superação” do personalismo esta acontecendo por meio de estratégias de explicação alternativas, que estão se tornando rapidamente cada vez mais importantes entre nós, que levam o anti-teoricismo dominante ao paroxismo, ao se pretenderem fundadas na realidade imediata dada, na realidade “visível”, que se imporia enquanto tal, independente de qualquer necessidade de fundamentação.

A primeira dessas “explicações alternativas” é o “economicismo”, que *insiste em perceber a desigualdade brasileira como uma variável econômica*, como se a única diferença entre incluídos e excluídos fosse determinado pela renda, ou por variáveis de substrato econômico, como saneamento ou infra-estrutura. Esse tipo de explicação que ocupa cada vez mais espaço no debate público, secundariza, indevidamente, aspectos fundamentais e não-econômicos da desigualdade social como a ausência de auto-estima, a ausência de reconhecimento social, a ausência de aprendizado familiar de papéis sociais básicos, e a realidade da reprodução social de uma “ralé” (termo usado provocativamente aqui num país que eufemiza tudo para manter intocada sua auto-indulgência) cujo substrato moral, político e social, e por conseqüência também de tipo de personalidade, é fundamentalmente diferente do da classe média.

Este tipo de visão é quase sempre (nem sempre já que muitos cientistas sociais também aderem a este tipo de leitura da realidade) defendida por economistas e está na possibilidade de generalização, para toda a sociedade, dos pressupostos sócio-econômicos do “homo economicus”. Desse modo, parte-se da idéia de que os indivíduos possuem uma estrutura psicossocial semelhante com interesses e motivações compartilháveis. Seria, assim, um golpe da sorte, ou melhor, no caso, do “azar” que faz com que alguns tenham nascido em famílias pobres e não poderem desfrutar das benesses do consumo e do conforto modernos. Invariavelmente, os remédios para a pobreza e miséria são pensados, por esses autores, como superáveis por liberação de crédito a pessoas de

Jessé Souza

baixa renda, acesso a escola e tem até quem nomeie cifras em dinheiro para “eliminar a pobreza do Brasil”².

O “engano” desse tipo de “solução” propugnado por pessoas, muitas vezes muito bem intencionadas, reside na superficialidade da compreensão do fenômeno da pobreza e da desigualdade. A discussão meramente “econômica” da desigualdade está condenada à superficialidade e ao fracasso por uma razão muito simples; a dimensão econômica não percebe os dois aspectos, intimamente relacionados mas analiticamente separáveis, mais fundamentais para a compreensão do fenômeno da desigualdade nas sociedades modernas (inclusive nas periféricamente modernizadas como a nossa): sua gênese e sua legitimação.

Nenhum desses dois fatores são econômicos nem estão em jogo na percepção econômica da desigualdade. Segundo a percepção econômica não existe qualquer problema, por exemplo, com o fato, banal na realidade brasileira, de que um executivo de um banco de investimentos de São Paulo ganhe cinquenta, cem ou até duzentas vezes mais que o faxineiro que limpa sua sala em algum prédio envidraçado e imponente da avenida paulista. Ninguém se espanta com isso. É “normal”, lógico e, inclusive “justo” que assim seja. Afinal esse executivo tem um MBA em Harvard e depois estudou economia em Chicago sobrevivendo galhardamente ao frio inóspito da “windy City”. O pobre nordestino suado que limpa sua sala não tem estudo algum e por conta disso (é assim que pensamos nós todos envolvidos e tragados por essa forma sub-política e pré-reflexiva de legitimação) “merece” ganhar duzentas vezes menos do que o “chicago boy”. A questão em jogo aqui, portanto, nunca sequer passível de ser aventada na percepção econômica da realidade, é a da “legitimação” da realidade. Porque nunca nos perguntamos sobre as razões e a justiça de tamanha desigualdade? Porque nos “naturalizamos” uma desigualdade abissal e desumana como a brasileira

² Por exemplo o pesquisador Marcelo Nery da FGV em entrevistas a jornais de grande circulação.

Para compreender a desigualdade brasileira

cotidiana? Porque nos acostumamos e não nos “assombramos” (como fazem os estrangeiros europeus que nos visitam) com fatos do nosso cotidiano como esses?

Minha tese é de que nossa percepção cotidiana do senso comum é tão superficial, enganadora, míope e unidimensional como a própria percepção econômica da realidade. Do mesmo modo que o mercado, e em grande parte por conta da influência dele sobre nós, não nos interessamos nem percebemos a gênese e o mecanismo sutil e pré-reflexivo que legitima o acesso privilegiado de alguns a todos os bens ideais e materiais escassos e condena outros á penúria e a uma vida indigna deste nome. Nos tomamos o valor das coisas pelo que elas “dizem” que são e ficamos apenas na superfície dos fenômenos.

Para que possamos efetivamente “compreender” porque achamos “natural” alguém ganhar duzentas vezes mais que outro, precisamos compreender que o mercado, como qualquer instituição criada pelo homem, possui uma “moralidade” intrínseca que não se mostra enquanto tal. O mercado (que não tem boca mas que se sabe se fazer compreendido por todos) se diz “neutro”. Se soubesse falar o mercado diria: eu premio a todos indistintamente pelo seu “desempenho diferencial”. Quem “merece” ganhar mais efetivamente ganha. Se o banco de investimentos retira seu lucro do “chicago boy” e seus colegas, porque não premiá-lo com um salário centenas de vezes superior ao do nordestino que limpa seu assoalho e seu banheiro? Se fossemos “articular” (coisa que raramente fazemos) o que pensamos acerca dessa disparidade de salários diríamos exatamente isso que o mercado e sua lógica nos ensinou. O problema é que o mercado não nos conta “toda a história”. A história inteira teria que começar “antes do mercado ter sido criado” para que possamos compreender o que está “por trás” da ação do mercado, que nossa miopia cotidiana não nos deixa ver.

O mercado nasce “espontaneamente”, como Max Weber e Karl Marx nos ensinaram, apenas no Ocidente. Como tudo na história isso não

Jessé Souza

foi obra do acaso. O “espírito do capitalismo” já vinha sendo gestado há vários séculos desde a união entre a filosofia grega e o cristianismo ocidental operada por Santo agostinho³. É ele que vai interpretar o “caminho de salvação” cristão a partir da noção de virtude platônica do controle do corpo e suas paixões pela mente ou espírito. Esse autocontrole e disciplina, que são implementados institucionalmente pela extraordinária força da racionalização religiosa ocidental (primeiro no catolicismo e depois radicalizada no protestantismo ascético) vai ser a base daquele racionalismo, peculiar ao ocidente, que Weber chamou de “racionalismo da dominação do mundo”. Esse racionalismo é excelente para qualquer coisa que envolva mudança da realidade, criação de riquezas e, muito especialmente, para que se adquira conhecimentos.

O mercado capitalista “herda” esse legado religioso e o transforma na “hierarquia moral” que vai nos conduzir em toda a nossa vida cotidiana. Quanto menos tenhamos consciência disso mais eficaz é a influência dessa hierarquia. Ao invés de “vida eterna” o mercado promete conforto e prestígio para quem, através de autocontrole e disciplina, adquira os conhecimentos que o “mercado precisa”, como o “chicago boy” do nosso exemplo. Não é qualquer “trabalho” que é premiado pelo mercado. Apenas o trabalho que tenha “conhecimento incorporado”. Por conta disso o “chicago boy” pode ganhar duzentas vezes mais que o nordestino na avenida paulista e tudo parecer “natural” e normal para todos nós.

Mas quem disse que “deve” ser assim. Que o pobre diabo que se esfalfa de trabalho sujo e mal-pago deva receber tão pouco porque não pode ir estudar em Chicago também? O que a percepção econômica, portanto, jamais explica nem muito menos a nossa percepção unidimensional e superficial da realidade no senso comum, formada em grande parte pela influência do mercado, é que as diferenças sócio-econômicas são causadas por “heranças familiares” que tendem a se tornar per-

³ Taylor, Charles *As Fontes do Self*, Loyola, São Paulo, 1998.

Para compreender a desigualdade brasileira

manentes. O filho do nordestino vai ser o faxineiro ou lavador de carros de outro "chicago boy". Essas desigualdades transmitidas por herança familiar de modo permanente e constante é que permite falar em "classes sociais" de pessoas que possuem "capital cultural" incorporado de outras classes sociais de pessoas que só possuem o próprio "corpo" para vender, já que não existe qualquer conhecimento "aproveitável para a reprodução ampliada do mercado" neles. Aqui as "classes sociais" são divididas em trabalho intelectual e manual, como vimos o fundamento da "hierarquia moral do ocidente" desde Platão e Santo agostinho, e são reproduzidas e legitimadas na sua desigualdade pela "ideologia" (ideologia por que vive da "aparência" da história obscurecendo suas causas profundas e reais) da "aparente" meritocracia do mercado.

A outra explicação que vem ganhando espaço no debate brasileiro sobre a desigualdade é o que gostaria de denominar de "racialismo". Minha tese é a de que o "racialismo" é irmão gêmeo do "economicismo" e não raro as duas concepções podem ser defendidas (e efetivamente são defendidas), pelo mesmo sujeito, sem qualquer contradição. O racialismo vive da superficialidade e da aceitação dos preconceitos do senso comum do mesmo modo que o economicismo. As causas para o crescente sucesso desse tipo de percepção e diagnóstico são as mesmas do "economicismo". Parte-se das ilusões e da superficialidade do conhecimento cotidiano para reforçar as confusões que permitem a continuação e a eternização da desigualdade brasileira. O "racialismo" atribui à cor/raça o fator decisivo para a desigualdade brasileira, simplificando e confundindo causas múltiplas e complexas em uma única. O principal problema para a crítica dessa alternativa é o apelo "moral", fundado em uma culpa coletiva secular, de um tipo de "empiricismo politicamente correto" que substitui a análise da realidade por uma pretensa "moralidade". Eu não tenho nada, que seja dito desde logo, contra o sistema de cotas (ao contrário o acho indispensável como um remédio tópico e secundário), mas tenho muito contra entronizar essa saída liberal típica do caso histórico norte-americano como

Jessé Souza

estratégia principal da luta contra a desigualdade brasileira. Afinal, se a nossa desigualdade fosse de cor, ou principalmente de cor/raça, e seu remédio as cotas, então o político mais populista e atrasado do Brasil, Anthony Garotinho, seria o campeão da luta contra a desigualdade entre nós já que o Estado do Rio de Janeiro é o campeão nacional deste tipo de política. Por razões de economia de exposição não vou me adentrar no tema do racismo, dado que dois outros textos nesse mesmo livro são dedicados ao assunto.

A proposta “construtiva” que venho tentando construir desde a publicação do livro referido acima é diferente de todas essas explicações, clássicas e contemporâneas, criticadas. Ela parte do pressuposto de que para compreendermos o substrato social e cultural de uma sociedade singular precisamos compreender primeiro como se estrutura, nos seus componentes material e simbólico, aquilo que Max Weber chamava de “racionalismo ocidental”. Ou seja, nos precisamos, antes de tudo, entender, como numa sociedade moderna (também nas sociedades periféricas modernas como a brasileira), cujo valor central de sua legitimação é a igualdade, é possível a naturalização/legitimação de uma desigualdade, que, no caso específico do Brasil, é a maior desigualdade social dentre todas as sociedades complexas do globo. Como a igualdade formal entre os indivíduos passa a ser o critério fundamental da solidariedade social dessas sociedades, a partir da perda de eficácia das regras abertamente hierárquicas dos contextos pré-modernos, as novas regras de exclusão e inclusão têm sua eficácia dependente de sua opacidade e naturalização.

A opacidade, que permite que mercado e Estado sejam percebidos como funcionando de acordo com critérios aparentemente neutros e justos, só é possível a partir do desconhecimento sistemático, socialmente produzido, da hierarquia moral contingente peculiar ao racionalismo ocidental e suas práticas institucionais e sociais. Assim, se quisermos ir além das aparências, devemos suspeitar do discurso legitimador que essas instituições fazem sobre si mesmas, ou seja, como se as mesmas fossem estru-

Para compreender a desigualdade brasileira

turas objetivas e neutras que expressam princípios meritocráticos e igualitários. Afinal será a noção de disciplina, de cálculo racional e de controle do corpo e de suas emoções e necessidades, que passará a diferenciar imperceptivelmente, classes sociais, gêneros, etnias, etc. Não só a luta entre classes e frações de classe vai ser decidida por essa oposição entre a alma ou razão – como locus das virtudes das classes dominantes – e o corpo – como locus das virtudes dominadas e ambíguas das classes inferiores –, exemplarmente perceptíveis na oposição entre o trabalho intelectual e manual – que num país como o Brasil legitima que se ganhe até centenas de vezes mais como todos sabemos (sem que nunca sequer nos perguntemos por quê? O que comprova seu caráter “naturalizado”) – mas também todas as outras hierarquias que pressupõem superioridade e inferioridade ou a noção de melhor ou pior como a oposição homem/mulher e branco/negro, na medida em que tanto a mulher como o negro são percebidos como repositórios das virtudes ambíguas da corporalidade, da afetividade e da sensualidade por posição às virtudes não ambíguas do intelecto calculador e da moralidade do autocontrole.

É o mecanismo de opacidade e de naturalização da inferioridade que faz aparecer a própria vítima do preconceito, seja ele de classe, gênero ou cor, que o seu fracasso é pessoal, merecido e justificável. É, portanto, a “ideologia do desempenho”, implícita na economia emocional baseada na disciplina do corpo pela racionalidade do cálculo instrumental e no trabalho útil e produtivo segundo as demandas crescentes de mercado e Estado, que será a base secreta de todo o mecanismo que classifica indivíduos e classes em superior e inferior, em cidadão e sub-cidadão, e, no limite, em gente e não-gente. Em outras palavras e weberianamente, a racionalização religiosa específica ao ocidente, que constrói, como novidade histórica radical, essa noção contingente e única de agência humana (já a partir da absorção da noção de virtude platônica como o caminho da salvação cristão por Santo Agostinho), passa a ter agora como suporte secular a lógica impessoal de mercado e Estado. Essa lógica reproduz,

Jessé Souza

através de estímulos empíricos como dinheiro e coerção legal o mesmo tipo de indivíduo que antes a fé produzia. É esta concepção de ser humano e economia emocional peculiar que irá se transformar na concepção dominante do valor diferencial entre os seres humanos e grupos sociais inteiros e separar e unir por vínculos de solidariedade e preconceito pessoas e grupos sociais em superiores e inferiores, segundo critérios (disciplina e autocontrole) que passam a dever sua objetividade incontestável ao fato de estarem inscritos na lógica opaca e intransparente de funcionamento de Estado e mercado. Às gerações que nascem já sob a égide das práticas disciplinarizadoras já consolidadas institucionalmente, esse modelo contingente de hierarquizar os seres humanos assume a forma naturalizada de uma realidade auto-evidente que dispensa justificção. Responder aos imperativos empíricos de Estado e mercado passa a ser tão óbvio e natural quanto respirar ou andar.

Isto significa também que a cidadania e o reconhecimento social têm a ver, em grande medida, com a efetiva homogeneização da economia emocional que caracteriza o indivíduo produtivo no capitalismo e que este é um processo coletivo de aprendizado cultural e político. O acesso “legítimo” a todos os bens e recursos escassos irá depender da efetiva existência, nos indivíduos e classes envolvidos na luta social, dos atributos do trabalho útil e produtivo enumerados acima que implicam, todos eles, num controle dos instintos naturais do corpo que nos levam a perda de autocontrole e indisciplina. O Ocidente instaura uma oposição entre mente e corpo que será o divisor de águas entre o que é considerado digno e indigno, nobre e vulgar, etc. O “acesso” a esta forma de ser e agir no mundo é o que vai permitir a incorporação de “conhecimento” (o verdadeiro fundamento estrutural da hierarquia moderna junto com o capital econômico). O mercado e o Estado, desse modo, só se utilizam de indivíduos que possuam “conhecimento in-corporado”. Os indivíduos e classes que não o possuem são literalmente “dispensáveis”, uma espécie de “lixo social” que só possui o próprio corpo. É, claro, que (para me antecipar a

Para compreender a desigualdade brasileira

uma crítica previsível), essas pessoas podem ser “usadas” e encontrar “trabalho” apenas com seu próprio corpo. A prostituição, o trabalho doméstico, o trabalho muscular de todo tipo, etc, são exemplos disso. Mas faltam a essas pessoas e classes inteiras qualquer condição de se “incluir” no mercado competitivo de trabalho segundo as crescentes demandas por “conhecimento incorporado”. E é apenas esse tipo de trabalho que produz reconhecimento social e prestígio⁴.

Entre nós existe uma “classe social”, nunca antes percebida enquanto tal⁵, de indivíduos que, seja no meio rural do Piauí ou de Minas Gerais ou no meio urbano de São Paulo ou Recife, são “produzidas” e “reproduzidas” como “meros corpos” sem qualquer possibilidade de atuação nas instituições especificamente modernas do mercado, do Estado e da esfera pública. Essas pessoas são, objetivamente, “sub-gente” e “sub-cidadãs”. Nós, da classe média, as vemos como tais e elas também se percebem do mesmo modo comprovando que essas classificações são objetivas e se impõem a todos. É claro que a “reação” de cada indivíduo á essa “hierarquia moral objetiva” (Charles Taylor) pode ser diferente, separando o canalha do homem de bem. Podemos, por exemplo, tanto sentir pena e lamentar a sorte do mendigo caído na rua ou xingá-lo, chutá-lo e chamá-lo de vagabundo. Mas essas são meras variações subjetivas de um “julgamento”, acerca do valor relativo deste pobre ser humano, já realizado “objetivamente” por instancias impessoais, e que se impõem como um “desvalor” tanto ao homem de bem que sente pena quanto ao canalha que sente raiva.

É esse “critério classificador”, opaco e profundo, que faz com que alguém da classe média que atropela por negligência um pobre

⁴ Isso pode ser comprovado pelo status “derivado” da dona casa em relação ao status de seu marido. Seu tipo de trabalho não oferece, na nossa sociedade baseada na “ideologia do desempenho”, nenhuma fonte autônoma de “reconhecimento social”. Ver Souza, Jesse, *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*, UFMG, 2003.

⁵ Maruá Sylvia de Carvalho Franco em seu clássico “Homens Livres na ordem escravocrata”, Unesp, 1998, analisa a “ralé” dos meados do século XIX. Minha análise focaliza a produção desses “imprestáveis sociais” sob condições modernas.

Jessé Souza

diabo que é apenas corpo, dificilmente vá para a cadeia. Entre nós a altíssima probabilidade é a de que o agente de classe média seja inocentado ao fim e ao cabo, ou que tenha uma pena digna de contravenção, como a de alguém que matou um cachorro ou uma galinha. Minha tese é de que isto acontece por que, na dimensão pré-reflexiva que atualiza o valor diferencial dos seres humano, atualizada cotidianamente tanto por mercado e Estado quanto por todos nós na vida cotidiana, estes pobres brasileiros não valem “efetivamente” mais do que um cachorro ou uma galinha. O resultado prático do processo judicial, na realidade, espelha, portanto, o consenso pré-reflexivo acerca do valor diferencial dos seres humanos, existente numa sociedade, como a nossa, que não homogeneizou o tipo humano digno de “respeito” e “reconhecimento” (a economia emocional da disciplina e do autocontrole) de forma interclassista em nenhuma medida significativa.

Aqui não estamos pensando em termos intencionais ou conscientes. É claro que muito poucos brasileiros de classe média admitiriam que consideram seus compatriotas miseráveis sub-gente de importância comparável a de uma galinha. Ao contrário, várias destas pessoas votam em partidos de esquerda e contribuem com campanhas contra a fome, etc. No entanto, na dimensão pré-reflexiva dos consensos compartilhados através das práticas sociais efetivas, que dispensam a intermediação lingüística, o resultado prático aponta para um corte que constrói cidadãos de um lado e sub-cidadãos sem direitos de outro. Minha tese é a de que são esses consensos pré-reflexivos que decidem se a lei da igualdade pega ou não, ou seja, se ela é eficaz ou não. Este exemplo do atropelamento não precisa ser multiplicado. Quem já teve que usar a rede pública de saúde ou já visitou um presídio brasileiro percebe que o Estado e seus servidores identificam muito bem quem merece respeito ou desprezo. Diariamente morrem pessoas sem atendimento no SUS que sequer saem nos jornais. Se algum pobre morre de bala perdida no Rio de Janeiro seus corpos são contados em números, “7 morreram hoje na rocinha”. Se a vítima é de

Para compreender a desigualdade brasileira

classe média, ela ganha um rosto, uma biografia, e todos nós lamentamos que alguém “gente como a gente” morreu e pedimos “basta”!

O mesmo tipo de “racismo de classe” funcionando como um consenso pré-reflexivo que abrange a todos os envolvidos, inclusive e muito especialmente a suas vítimas, pode ser comprovado também em situações do dia a dia, não necessariamente abertamente violentas, como nos exemplos que listei acima, e que nos passam despercebidos pelo mecanismo de “naturalização da desigualdade”. Outro dia, tendo ido a um prédio de classe média ascendente fazer entrevistas para minha pesquisa sobre desigualdade, com pessoas comparativamente mais aquinhoadas com capital econômico que cultural, no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro, me deparei com um exemplo peculiarmente significativo da forma sutil de como funciona o “racismo de classe” entre nós. Tendo sido convidado pelo meu entrevistado para continuar nossa conversa na piscina do belo prédio, pude observar a comoção muda da chegada de uma empregada doméstica com uma criança de seus cinco anos na piscina.

Soube pelo meu entrevistado que o condomínio proíbe o uso da piscina por “empregados”. É permitido, no entanto, que eles possam acompanhar os filhos pequenos dos condôminos no meio da semana, quando os pais estão no trabalho, sem que, obviamente, eles próprios possam usar a piscina. No caso em apreço, a empregada desceu no “fim de semana”, quando as outras crianças estavam acompanhadas pelas mães e o espetáculo de discriminação e preconceito que presenciei foi constrangedor. Não apenas os olhares de reprovação, as “caras fechadas” dirigidas a ela pela “insolência” e “audácia”, mas também, comprovando a forma pré-reflexiva que este tipo de coação social extremamente eficaz envolve, a própria criança foi paulatinamente alijada de todos os jogos e brincadeiras, pelas “outras crianças da mesma idade”. Ao cabo de meia hora, criança e empregada haviam subido humilhadas e cabisbaixas. Tendo comentado o ato com meu entrevistado ele tratou de minimizar o fato. Ato contínuo, me explicou, que o “bom ambiente” da piscina tinha que ser preser-

Jessé Souza

vado e era isso que fazia com que os moradores tivessem vontade de descer e se socializar.

Tendo conseguido entrevistar a empregada mais tarde, uma nordestina de pele clara e bons modos, fui informado que ela “já havia previsto” o que aconteceu e só desceu para cumprir ordens. Também me informou que, apesar de formalmente poder usar o elevador social, que ela e suas colegas do prédio raramente o fazem, temendo o mesmo tipo de reação da qual foi vítima na piscina. Também me contou que vários moradores, ainda que não todos, só a cumprimentam quando está em companhia dos patrões. Esse mesmo prédio tem estampados orgulhosamente em metal, nas áreas comuns, as proibições municipais de discriminação por cor e origem social. Também nesse caso a lei não é aplicada pela força de um consenso semi-inconsciente e pré-reflexivo perfeitamente compreensível para suas vítimas e que se atualiza com eficácia esmagadora.

É, portanto, a realidade destes consensos compartilhados acerca do valor objetivo e diferencial de indivíduos e classes inteiras que explica a existência de todo um aparato legal e jurídico meramente simbólico, como no caso brasileiro, que não possui eficácia real. Existe, por assim dizer, voltando aos exemplos do atropelamento e da piscina do bairro de classe média, um fio invisível que une desde o policial que abre o inquérito até o juiz que decreta a sentença, passando por testemunhas, advogados e imprensa, que reproduz, não a eficácia da regra legal que dispõe acerca da igualdade de todos perante a lei, mas sim a eficácia da regra social pré-reflexivamente produzida e pré-reflexivamente compreendida por todos, que diz que o crime de se matar alguém que vale tanto quanto uma galinha não merece prisão. No caso da piscina, as crianças, desde pequenas, já “compreendem”, de um modo que dispensa a explicitação e a intermediação lingüística, a castigar e premiar a conformidade com as regras nunca explicitadas do mecanismo de classificação/desclassificação social.

Para compreender a desigualdade brasileira

Existe um preconceito teórico entre nós, cuja causa é a errônea conexão de qualquer problemática que envolva a noção de classe social com a leitura marxista desse fenômeno, que assimila “classe social” à “consciência de classe”. Nada mais enganoso. No cerne da inovação teórica de um autor como Pierre Bourdieu⁶, um autor extremamente importante para a reconstrução do diagnóstico da singularidade social brasileira que proponho, está precisamente a noção de “inconsciência de classe”, indicado pelo caráter cifrado, semi-consciente e pré-reflexivo como todo o arcabouço de solidariedade e preconceito de classe é implementado e “naturalizado”.

A explicação dominante entre nós acerca de fenômenos como estes é ainda marcada por enfoques que partem de pontos de partida subjetivistas e intencionalistas, ou de um conceito “antropológico” de cultura a-histórico, auto-referido e sem vinculação com a realidade institucional (única instância que pode esclarecer a gênese impessoal desses critérios classificatórios), como se a lógica de sociedades complexas e dinâmicas como a nossa pudesse ser captada a partir do somatório das intencionalidades individuais ou de uma noção de “cultura” reificada e sem determinações estruturais. É por isso que ainda se pensa que o que está dentro da cabeça de uma suposta elite determina a lógica e dinâmica social objetiva, ou que são relações intersubjetivas de favor e proteção que constituiria o pano de fundo da dependência e sub-cidadania, ou ainda, que seria o capital de relações pessoais que determinaria privilégio ou marginalidade. Em todas essas versões de sociologia subjetivista e culturalista, o paradigma é a nossa imersão ingênua na vida cotidiana que faz com que pensemos que nós, sujeitos, somos o centro do mundo, que somos nós que produzimos valores e que a dinâmica social pode ser ade-

⁶ Um autor que, no Brasil, ainda é assimilado, majoritariamente, apenas por pedagogos e sociólogos da cultura em sentido estrito, sem que sua “sociologia da modernidade contemporânea” tenha sido aproveitada, criticamente com importantes modificações, para uma teoria da modernidade periférica. Esse empreendimento foi o que precisamente procurei fazer em Souza, Jesse. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*, UFMG, 2003.

Jessé Souza

quadamente compreendida pela interdependência das vontades e sentidos individuais ou por uma “cultura” que nada mais é que o somatório de nossos preconceitos no senso comum.

O economicismo e o racismo, as formas anti-teóricas contemporâneas que substituem a explicação clássica do personalismo entre nós, reproduzem o desconhecimento do senso comum com outros meios: pela ilusão do saber imediato. Bastaria “olhar” o mundo para compreendê-lo. Ninguém pensa que um câncer possa ser curado com o médico apenas “olhando” o paciente sem exames detalhados. Mas na vida social esse tipo de ingenuidade parece ter livre curso. Como se o conhecimento da realidade social, assim como da anatomia humana, não exigisse conhecimento específico de especialistas. Assim, a “escola” pode ser a panacéia de 10 dentre 10 economistas que escrevem sobre desigualdade, como se a “ralé” já não chegasse como perdedora na própria escola (quando tem escola) antes de começar. Como se o adquirir conhecimentos não tivesse pressupostos psico-sociais, como a capacidade de concentração, disciplina, exemplo de leitura em casa, estímulos á competitividade, etc. Como se um pobre que não tem nada disso, muitas vezes nem pai para aprender a noção de autoridade legítima (a base de toda relação construtiva com as autoridades públicas mais tarde), tivesse as mesmas condições de competição da classe média. Como se uma escola, assim estruturada, não apenas revalidasse, num patamar superior, uma desigualdade estrutural que se reproduz por herança familiar. À generalização liberal do economicismo, há que se compreender que a realidade social é estruturada em “classes sociais”, cujas chances são pré-estipuladas.

O “racismo”, por sua vez, que percebe o preconceito de cor como a “causa principal da desigualdade brasileira”, repete, *de modo invertido* (quando sabemos que a inversão especular é a repetição do mesmo reativamente), o obscurecimento que sempre foi o núcleo da importância da raça no Brasil: servir como ícone de integração (a mestiçagem como prova empírica disso) obscurecendo todos os outros conflitos espe-

Para compreender a desigualdade brasileira

cialmente os de classe. A anterioridade do preconceito de classe e sua maior importância relativa é o que explica que um negro de "classe" possa, efetivamente, "embranquecer", mostrando a realidade de um critério classificador "por trás da cor". Isso não nega o caráter perverso de nosso preconceito racial, mas apenas o limita e o contextualiza. O paralelismo entre subjetivismo sociológico, economicismo e racialismo, equivalendo a nossa imersão nas ilusões objetivas da vida cotidiana, me parece a razão última da continuada hegemonia destes tipos de explicação que reduzem nossas mazelas sociais a sua aparência fenomênica. A sua inadequação como explicação da realidade, no entanto, também me parece a causa principal da ausência crônica de projetos políticos, no Brasil e nos países periféricos, que não se reduzam a iniciativas assistencialistas de política simbólica de curto prazo ou que esperam do crescimento econômico aquilo que ele nunca deu nem jamais pode dar.